FUNDACEM
FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

20 Anos

CURSO CONTROLADORIA FLUENCER

A Controladoria Municipal na Consultoria Interna

Carga horária Total 100 horas: 60h PRESENCIAIS e 40h em EAD

Mod.1 - 23 e 24/03/2024 | **Mod.2 - 06 e 07/04/2024** | **Mod.3 - 27 e 28/04/2024**

Corpo Docente:

Antonio França da Costa
Mestre em Direito Público, atual Diretor da Diretoria de Fiscalização, Supervisão e Qualidade do TCU – BA.

Felipe Melo de Barros Souto
Mestre em Direito pela Univesty College London, Auditor Estadual de Controle Externo do TCM – BA, atual Diretor da 2ª Diretoria de Controle Externo do TCM – BA.

Romualdo Anselmo dos Santos
Doutor e Mestre em Ciências Políticas, atual Superintendente da Controladoria Regional da União no Estado da Bahia, CGU – BA.

CONTROLADORIA FLUENCER

TCM	CONTROLE EXTERNO	ORÇAMENTO E FINANÇAS	CONVÊNIOS	LIMITES
TCU	LRF	SUAS	FNS	FNDE
CGU	FESBA	FEAS	FUNDEB	DÍVIDA ATIVA
	CONSÓRCIOS	PRECATÓRIOS		

MATRÍCULAS ABERTAS
www.fundacem.org.br
fundacemssa@yahoo.com.br
fundacem@fundacem.org.br

Tel.: (71) 99395-8427
Tel.: 71 3244-8427 / 3244-6701
Financeiro: 71 99216-8688 / 99186-7431

APRESENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 traz vários objetivos que os administradores públicos devem buscar, como garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir desigualdades regionais (art. 3º). Estabelece direitos e garantias fundamentais como o direito à saúde, à educação, à assistência, a um meio ambiente equilibrado, dentre outros (arts. 5º e 6º).

Para se certificar de que os recursos públicos estão sendo aplicados de forma adequada, a Constituição Federal instituiu um sistema de controle externo e interno para aferirem a legalidade, a legitimidade e a economicidade da gestão (art. 70).

Uma das principais ferramentas de que se valem os órgãos de controle externo (Tribunais de Contas em geral) e **interno** (controladorias da União, Estado e **Municípios**) para verificarem a regularidade da aplicação dos recursos públicos em benefícios da sociedade são as auditorias governamentais ou auditorias no setor público.

A Controladoria no âmbito da administração pública é o órgão central do sistema de controle interno e possui dentre suas macrofunções a auditoria interna governamental. As atividades típicas da auditoria interna são a Avaliação e a Consultoria. No que tange à Consultoria, ela tem o objetivo de auxiliar a gestão sobre aspectos da governança, do gerenciamento de riscos e da estrutura de controles internos por meio de assessoramento, aconselhamento, treinamento e facilitação, de maneira a alcançar o objetivo de agregar valor à organização e melhorar seus processos, sem, no entanto, tomar decisões ou praticar atos de gestão. A Consultoria é normalmente prestada pela Controladoria governamental a partir de uma demanda específica da gestão sobre assuntos estratégicos dos quais o órgão central do sistema de controle interno possui conhecimento e experiência, considerando a natureza das suas atividades.

É exatamente a capacitação das controladorias municipais que permitirá aos profissionais da área emitirem conclusões embasadas em critérios e evidências, livre de impressões pessoais e subjetivismos, a respeito da regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Dessa forma, com o objetivo de melhor qualificar os profissionais que trabalham nas controladorias municipais, a Fundação César Montes – FUNDACEM, oferece o **Curso Controladoria Fluencer** para melhor qualificar os profissionais nas áreas de controladorias internas como **Consultores Internos** o que constitui um dos maiores investimentos a ser feito em prol de uma gestão administrativa ideal, comprometida com o interesse público e pautada nos direitos fundamentais.

Esse curso contempla aulas teóricas e a realização de atividades práticas, com ênfase nas atividades exercidas pelas Controladorias e demais órgãos públicos municipais.

Este curso contém a carga horária de 100 horas e será realizado em 03 (três) módulos, cujos créditos com sua carga horária poderão ser aproveitados para composição **de um dos três Cursos de Especialização seguintes: Curso de Especialização em Controladoria Interna Municipal ou Curso de Especialização em Administração Pública Municipal ou Curso de Especialização em Direito Público e Controle Municipal**, desde que o aluno tenha frequência mínima de 75%, bem como nota mínima de 7,0 (sete) nas disciplinas deste curso e complemente com mais 300 horas de Cursos dessa modalidade para concluir 400 horas.

A FUNDACEM conta com preciosa Coordenação Pedagógica e professores que através de seus valiosos conhecimentos, experiências e dedicação pelo interesse público estarão contribuindo em prol da capacitação dos profissionais que atuam no setor público.

Seja bem vindo!

César Montes
Presidente da FUNDACEM
(71) 98805-4321

CURSO CONTROLADORIA FLUENCER

MÓDULO I – CONTROLADORIA GOVERNAMENTAL

1. Sistema de controle interno e governança governamental:

1.1. Conceitos;

1.2. Estrutura; e

1.3. Recomendações dos tribunais de contas.

2. A Controladoria como órgão central do sistema de controle interno:

2.1. Responsabilidades e limitações

3. As macrofunções do controle interno:

3.1. Auditoria;

3.2. Ouvidoria;

3.3. Correição; e

3.4. Integridade/transparência

4. Auditoria interna:

4.1. Avaliação;

4.2. Apuração; e

4.3. Consultoria

5. O trabalho de consultoria pela Controladoria:

5.1. Procedimentos;

5.2. Alcance;

5.3. Produtos; e

5.4. Limitações.

MÓDULO II – ORIENTAÇÃO PELO CONTROLE INTERNO SOBRE A PERSPECTIVA DO CONTROLE EXTERNO

1. Controle Interno e Externo: Fundamentos, Normativas e Jurisprudência

1.1. Conceitos fundamentais de Controle Interno e Externo;

1.2. Normativas e legislações pertinentes ao controle interno;

1.3. Instrumentos do controle externo auxiliares à função de controle interno;

1.4. Análise de jurisprudências relevantes do Tribunal de Contas;

1.5. Instruções normativas e camerais: interpretação e aplicação;

1.6. Estudo detalhado de casos e decisões impactantes ao controle interno;

1.7. Uniformização de entendimentos;

1.8. Análise de manuais e diretrizes do controle externo.

2. Responsabilização do Controle Interno

2.1. Aplicação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) no contexto do controle interno;

2.2. Responsabilização segundo o Código Penal e suas implicações práticas;

2.3. Normas do Tribunal de Contas e responsabilização dos controladores internos;

2.4. Teoria da responsabilização conforme o Código Civil;

2.5. Discussão de casos práticos e teóricos sobre responsabilização.

3. Relatórios e Orientações Específicas

3.1. Instrução de processos de pagamento e conformidades legais;

3.2. Cumprimento da LOA, LDO e PPA;

3.3. Alertas e limites de gastos em educação e saúde;

3.4. Gestão de recursos do FUNDEB e FNDE;

3.5. Limites e alertas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

3.6. Arrecadação de receitas e gestão da Dívida Ativa.

4. Aplicações Práticas e Ferramentas de Controle

4.1. Ferramentas de gestão e tecnologia no controle interno;

4.2. Rotinas e documentação para o exercício da função de orientação;

4.3. Estratégias para implementação de planos de ação de controle;

4.4. Recomendações para a prática eficaz da função orientativa.

MÓDULO III – AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO

1. Distinguindo o controle externo e o controle interno no contexto constitucional;

2. Conhecendo o protocolo da auditoria e sua importância na eliminação de subjetivismos;

3. Construindo a estratégia da auditoria

3.1. Elaborando a estratégia de abordagem da auditoria: alinhamento entre equipe e supervisor;

3.2. Destacando as características de um objeto de auditoria: nem tudo pode ser objeto de auditoria;

3.3. O critério enquanto elemento essencial para análise do objeto: eliminando subjetividades;

3.4. Delimitação dos riscos da auditoria: diminuindo o risco de emitir um relatório equivocado;

3.5. Definindo o objetivo e o escopo da auditoria: o que será investigado;

3.6. Definindo o nível de asseguração em auditoria: que resposta será data pelo relatório;

4. Buscando entendimento do objeto e inventariado riscos

4.1. Construindo a visão geral do objeto: conhecendo o objeto para poder fiscalizá-lo;

4.2. Delimitando os riscos que podem comprometer os objetivos do objeto que está sendo auditado;

4.3. Avaliando a efetividade dos controles internos e identificando o risco residual;

4.4. Priorizando os pontos que serão objeto da auditoria;

5. Planejando a busca de evidências (provas)

5.1. Elaborando questões de auditoria que possuam viabilidade investigativa;

5.2. Construindo uma matriz de planejamento para definição das evidências que serão coletadas;

5.3. Conhecendo as características de uma boa evidência;

5.4. Conhecendo as principais técnicas de evidenciação;

5.5. Conhecendo os requisitos para extrapolação de resultados: amostragem em auditoria;

5.6. Elaborando papeis de trabalho para busca de evidências;

5.7. Consolidando um plano de auditoria e encerrando a fase de planejamento de auditoria;

6. Buscando evidências (provas): fase de execução da auditoria

6.1. O processo de busca de evidências (provas);

6.2. Analisando as evidências coletadas;

6.3. Conhecendo a importância dos papeis de trabalho: elementos probatórios;

6.4. Analisando os componentes e as características dos achados de auditoria;

6.5. Construindo uma matriz de achados;

6.6. Construindo uma matriz de responsabilização por ilícitos identificados;

6.7. Formulando encaminhamentos efetivos para solução de problemas;

7. Elaborando o relatório de auditoria

7.1. Conhecendo os objetivos de um relatório de auditoria;

7.2. Conhecendo os destinatários do relatório de auditoria;

7.3. Definindo a estrutura básica de um relatório de auditoria;

8. Monitorando o cumprimento das deliberações do relatório e a solução dos problemas

8.1. Avaliando as ações propostas para solução dos problemas;

8.2. Estruturando o plano de monitoramento;

8.3. Monitorando e relatando resultados;

8.4. Fazendo o balanço final e verificando o impacto da auditoria.

CURSO CONTROLADORIA FLUENCER

HORÁRIO DAS AULAS: das 8:00 às 18:00 com intervalos para cafezinho e almoço. Vide datas das etapas com seus respectivos módulos.

INÍCIO DO CURSO: 23 de março de 2024.

FREQUÊNCIA: O aluno deverá ter frequência obrigatória mínima de 75%, no mínimo, das aulas presenciais e a distância e tiver obtido, nas disciplinas, nota igual ou superior a **7,0 (sete). Se, por ventura, o aluno assinar a frequência e não assistir a aula, terá sua presença anulada.**

AVALIAÇÃO: Serão realizadas atividades avaliativas obrigatórias, nas disciplinas do curso.

METODOLOGIA: Serão realizadas atividades obrigatórias utilizando metodologias ativas através de: Problematização, vivências, estudo em oficina, vídeos, leituras, exercícios, atividades dissertativas e indicação de bibliografia a fim de tratar de temas inovadores sobre a matéria. As atividades desenvolvidas nos módulos deverão ser obrigatoriamente realizadas.

INVESTIMENTO

O valor do curso é de **R$ 2.932,50 (dois mil novecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)** por participante.

PROMOÇÃO ESPECIAL, COMEMORAÇÃO DE 20 (VINTE) ANOS DA FUNDACEM:

A Instituição ou pessoa física que fizer 5 (cinco) inscrições, terá uma sexta totalmente gratuita**.**

OBSERVAÇÕES:

1. Todos os contratos para esse curso, deverão estar devidamente assinados pelo gestor até o limite do 2º módulo;
2. Caso não seja apresentado o contrato assinado pelo gestor, até o início do 2º módulo, o ou os participantes desse contrato, ficarão automaticamente impedidos de assistir (em) o 2º módulo.

COMO REALIZAR A MATRÍCULA:

Entre no site da FUNDACEM, www.fundacem.org.br, acesse o **Curso Controladoria Fluencer**, clique em Matricule-se, preencha uma ficha que irá aparecer e clique em enviar, abaixo da ficha.

FORMAS DE PAGAMENTOS:

a) **Por PIX: 06150141000177** (CNPJ) Fundacem - Caixa Econômica Federal

b) **Por Cartão de Crédito**: 1x sem juros.

c) Diretamente na conta bancária em nome da FUNDACEM, **CNPJ: 06.150.141/0001-77 - Banco BRADESCO, Agência 3545-9, C/C nº 27292-2** com envio do comprovante do depósito por e-mail para a FUNDACEM fundacemssa@yahoo.com.br (Os depósitos bancários devem ser feitos com identificação do nome do inscrito.

d) A matrícula e pagamentos também poderão ser realizados diretamente na sede da FUNDACEM, no endereço: 2ª Travessa Gersino Coelho, 10 – Matatu, Brotas, Salvador – BA.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS: Devem ser imediatamente encaminhados pelos alunos matriculados à FUNDACEM, cópia dos seguintes documentos: Identidade, CPF, diploma de graduação, histórico escolar da graduação e certidão de casamento (quando houver alteração de nome).

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

NOVO ENDEREÇO

O Curso será realizado na **Rua da Salete, 50 - Barris (Faculdade Cairu), Salvador – BA**.

Obs: Mudanças que por motivos imperiosos ou administrativos venham a ocorrer, o aluno será informado imediatamente.

www.fundacem.org.br

E-mail: fundacemssa@yahoo.com.br

fundacem@fundacem.org.br

2ª Travessa Gersino Coelho, 10 - Matatu | Brotas

CEP: 40.255-171 - Salvador - Bahia

Tel.: (71) 99395-8427

Tel.: (71) 3244-8427 / 3244-6701

Financeiro: (71) 99216-8688 / 9 9216-8688

20 ANOS

FUNDACEM

CAPACITAÇÃO COM EXCELÊNCIA SEMPRE!

FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

60 instituições que apoiaram a FUNDACEM nesses 20 anos de capacitação:

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

TCM Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

OAB CONSELHO FEDERAL

GOVERNO DA Bahia TERRA DE TODOS NÓS — Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

ÉJE ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO TSE

OAB BAHIA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

ANPR Associação Nacional dos Procuradores da República

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO — BAHIA GOVERNO DO ESTADO TERRA MÃE DO BRASIL

FABAC FACULDADE ANÍSIO DE CÁSSIA

nova Caab Caixa de Assistência dos Advogados da Bahia

CORREGEDORIA GERAL ELEITORAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA — COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

IBDCRIA-ABMP Instituto Brasileiro do Direito da Criança e do Adolescente

GOVERNO DA Bahia TERRA DE TODOS NÓS — Secretaria de Desenvolvimento Urbano

FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU

FEBACAM FEDERAÇÃO BAIANA DE CÂMARAS MUNICIPAIS

MPT Ministério Público do Trabalho

DEFENSORIA PÚBLICA BAHIA — Instituição essencial à Justiça

ABRACOM ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR BAHIA

Gradus

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

ABRAMPPE ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MAGISTRADOS, PROCURADORES E PROMOTORES ELEITORAIS

Cairu FACULDADE - DESDE 1906

Faculdades Integradas Ipitanga — CULTUS AC MORES — FACIIP

UPB União dos Municípios da Bahia

Organização Internacional do Trabalho

Secretaria de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza — SALVADOR PREFEITURA — PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

GNPJ Grupo Nacional de Promotores de Justiça

FUNDAC Fundação da Criança e do Adolescente

EMAB ESCOLA DE MAGISTRADOS DA BAHIA

INGÁ INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS E CLIMA

TRE-BA

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA — AMPEB

CRCBA CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE BAHIA

PROJETO LEGAL

ESEB

acieba ASSOCIAÇÃO DOS CONSELHEIROS E EX-CONSELHEIROS DO ESTADO DA BAHIA

AMAB ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA BAHIA

GNMP Grupo Nacional de Membros do Ministério Público

CIVITA ADVOCACIA & CONSULTORIA

ASTECOM ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS - BAHIA

IDA INSTITUTO DE DIREITO AMBIENTAL

ASTEB ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

Unama Universidade da Amazônia

ielf Instituto de Ensino Prof. Luiz Flávio Gomes

PREFEITURA MUNICIPAL FEIRA DE SANTANA CIDADE TRABALHO

OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

Escola Fazendária da Bahia EFBA

ABAM Associação Baiana dos Auditores Fiscais Municipais

CEDECA RIO-DE-JANEIRO — Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA SALVADOR | BAHIA — Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ABPS — ASSOCIAÇÃO INTEGRATIVA DOS PROFISSIONAIS DE TERAPIAS NATURAIS RIO - PSICO - SOCIAL DA BAHIA

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA

Facei Faculdade Einstein

IDC Instituto Direito e Cidadania